

Pela problematização do “coletivo” na área da saúde: resenha de *O Coletivo na Saúde*, de Cristian Fabiano Guimarães, Editora da Rede Unida, 2016.

Aline Galant Psicóloga

CRP 07/27136, graduada no Centro Universitário Metodista – IPA.

E-mail: agalantpsi@gmail.com

Acreditando que a saúde coletiva insere uma “diferença” na grande área das ciências da saúde, consideramos que a noção de “coletivo” possa ser tomada como “analisador”, no intuito de traçar “acontecimentos” no campo, além de verificar como a novidade do adjetivo “coletiva” introduz aspectos e atualiza o pensar e o agir em saúde. Cristian Fabiano Guimarães empreendeu essa tarefa em sua tese de doutorado em Psicologia Social e Institucional, defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em julho de 2015, sob orientação da Profa. Dra. Rosane Azevedo Neves da Silva. O pesquisador analisou os jogos e as disputas sobre a expressão do coletivo no bojo das reformas sanitárias italiana e brasileira e seu estudo problematizou a noção de coletivo na saúde, buscando compreender a singularidade do campo da Saúde Coletiva, não apenas tomando como ponto de partida a ampliação do conceito de saúde, mas situando o coletivo como um importante elemento a ser considerado na história dos conceitos e práticas em saúde no Brasil.

A tese ganhou versão em livro, editado pela Editora da Rede Unida, em 2016. O trabalho intelectual do autor integra questionamentos e investigações à noção de coletivo na saúde e o livro, produto da tese, surge como contribuição à pesquisa, à formação de pesquisadores, ao ensino e ao estudo na área da saúde, constituindo relevante referência para pesquisadores em formação nos âmbitos da saúde coletiva, da

Ligia Tlajja Leipnitz

Graduanda do curso de Psicologia do 10º semestre do Centro Universitário Metodista – IPA.

E-mail: ligiatlajjaleipnitz@hotmail.com

educação em saúde, da psicologia social e institucional, das políticas de saúde, da história da saúde e domínios de conhecimentos afins.

Considerando o fato de que a saúde coletiva implica uma diferença com relação à saúde pública e à medicina preventiva e social, hoje subáreas da saúde coletiva, ao tomar a noção de “coletivo” como analisador com o intuito de cartografar suas formas de expressão, o autor discutiu essa noção sob as perspectivas do instituído e do instituinte, vertentes da Análise Institucional, segundo um olhar genealógico. Tal problematização nos apontou primeiramente para o fato de que a expressão “saúde coletiva” não transita em apenas um único sentido, especialmente quando olhada sob o espectro do coletivo, uma vez que este último não constitui conceito único, havendo formas diversas de entendê-lo na área da saúde, que implicam efeitos diferentes nos saberes e fazeres em saúde coletiva. A partir de múltiplos encontros nos campos acadêmico e profissional, o autor mostra que o coletivo, de modo geral, aparece “instituído” em três “imagens” de saúde: a de coletivo-população, a de coletivo-grupo e a de coletivo-sociedade-civil. A imagem de coletivo-população é concatenada num dado momento histórico, efetuando uma biopolítica sobre a vida que sustenta modos de viver em sociedade, onde todas as pessoas passam a funcionar dentro de certos limites. A imagem de coletivo-grupo diz respeito às formas de olhar que tomam o grupo

como um indivíduo, reproduzindo um modo de produção de subjetividade indivíduo. Já a imagem de coletivo-sociedade-civil, desenvolvida nos cenários reformistas, efetua a produção de um modelo de cidadania em sintonia com a forma Estado, compondo um modo de ser cidadão e formas de participação nas quais o coletivo não aparece como potência ou afirmação de uma dimensão inespecífica. Tais modos de conceber o coletivo afirmam antes identidades para o coletivo na saúde, formas instituídas, e tendem à conservação e à estabilidade.

O estranhamento que surgiu com a análise do coletivo com “imagens” à saúde coletiva serviu como ponto de partida e abriu espaço para discutir essa noção como processualidade. Nesse sentido, a partir do pensamento de autores como Benedictus de Espinoza (Baruch Spinoza), tornou-se possível discutir a noção de coletivo na perspectiva da potência, dimensão inespecífica e aberta à variação. Ao ler o livro, deve-se estar atento que essa noção exige o contato com o plano das forças e não das formas que a fixam em imagens. Quando se compreende o coletivo como algo inespecífico, aberto ou inacabado, que não permite prévia definição e identidade, nos aproximamos da perspectiva da processualidade ativada por esse conceito na saúde. E será na dimensão processual aberta pelo coletivo que o autor nos trará a ideia de variação, ferramenta que possibilita compreendermos o comportamento dinâmico e multidirecional do coletivo. A variação é entendida como movimento da potência em ato, não blindada na dimensão formal, aberta à pluralidade de sentidos, plano das intensidades que o coletivo carrega na saúde, criando conforme o autor, uma linha de fuga para pensar essa introdução na área da saúde.

Ao longo do trabalho, o autor reconstrói a história do coletivo na saúde, a partir de uma análise de como essa expressão aparece na medicina preventiva e social e na saúde pública, de forma que podemos compreender como a saúde coletiva a toma e a constrói. Por meio dessa reconstrução, problematiza as formas que o coletivo assume na saúde, nos apresentando as diferenças entre os conhecimentos já definidos

nesses campos. O estudo realizado pelo autor teve como cenários o Servizio Sanitario Nazionale italiano e o Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro, propriamente escolhidos por conta dos movimentos reformistas e da relação histórica que existe entre os dois sistemas de saúde.

Adicionalmente, podemos compreender nessa leitura a notória influência do movimento sanitário italiano sobre o movimento sanitário brasileiro, o que produziu similaridades entre os dois sistemas. São sistemas de saúde universais e organizados de forma regionalizada, que apostam na participação da comunidade/população na formulação/organização das políticas públicas da área e das práticas de cuidado/cura.

Ao final do livro, o desafio consiste em analisar o coletivo sob a perspectiva da potência na área da saúde e na constituição da saúde coletiva. Pensar o coletivo como inespecífico, dispara uma processualidade instituinte nos modos de saber e fazer saúde coletiva. Abandonam-se as identidades que conservam formas de conhecimento que guardam relação com a saúde pública e com a medicina preventiva e social no campo da saúde, abrindo espaço para a invenção de novos coletivos. A leitura que o autor propõe pressupõe que o conhecimento e os afetos, assim como a intuição, são importantes dispositivos para o avanço do conhecimento na saúde coletiva. Do mesmo modo, fortalecer a imaginação nas práticas cotidianas do campo (no cuidado, nas estratégias de educação permanente, nas relações de trabalho, no encontro com movimentos sociais etc.) e estabelecer noções comuns (capazes de transversalidades no campo) são sugeridos como elementos do coletivo como potência, sustentando o mesmo como inespecífico e disparador de variação.

O autor vai apresentando esses elementos, mapeando as agitações que dispararam dois processos na Itália, um no interior das fábricas, outro nos estabelecimentos manicomiais, que contribuíram para o pensamento sanitário reformador. Dois pensadores foram importantes para esse contexto: Giulio A. Maccacaro e Franco Basaglia, sendo que este último teve

forte influência para os movimentos de reforma psiquiátrica no Brasil. Ao destacar a diferença que distingue a saúde coletiva da saúde pública e da medicina preventiva e social faz ver a potência do coletivo no plano do pensamento e das práticas em saúde na atualidade. A partir da análise proposta pelo autor, entendemos que a noção de coletivo se deslocou, passou a expressar potência, incluindo movimento e desterritorialização de modos instituídos, desenhando novas dimensões, expressando o atributo da variação. E nas palavras do autor “variar significa abrir um mundo de possibilidades radicalmente novas, colocando em relevo o devir” (GUIMARÃES, 2015, p. 289).

Para concluir, é importante destacar que o livro contribui, tanto para pensar questões epistemológicas da saúde coletiva como para

problematizar a história “oficial” do campo, propondo elementos para discutir a genealogia do coletivo e das práticas de participação social, tanto na Itália como no Brasil. Neste sentido, trata-se de um livro que ajuda a pensar a cooperação internacional entre Brasil e Itália no campo da saúde, destacando a singularidade do encontro entre esses dois países. O que encanta no texto é a possibilidade de encontrar outros sentidos para o coletivo e para a saúde coletiva que contribuem, inclusive, para pensar uma clínica da saúde coletiva, sua potência de variação aos sentidos da saúde. Desse modo, supera-se os modos de fazer instituídos nas imagens de coletivo para a grande área da saúde e para a particular área da saúde coletiva, abrindo espaço ao devir e às múltiplas possibilidades de vir a ser coletivo na saúde.